



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
(Processo Administrativo nº23051.005670/2024-20)

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de **serviços de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva na rede de tubulação de gás GLP e válvulas do campus castanhal**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSE R	UNIDADE DE MEDIDA	QU ANT IDA DE (Esti mad a)	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
GRUPO 1						
1	1. Manutenção Preventiva 1.1. Verificar se: <ul style="list-style-type: none">• A tubulação e acessórios encontram-se com acessos desobstruídos;• As válvulas e dispositivos de regulagem funcionam normalmente;• Tubos, conexões e interligações com aparelhos e equipamentos não apresentam vazamento;• Pintura da tubulação apresenta algum dano;• Os dispositivos de controle de pressão usados nas tubulações estão funcionando de forma adequada;	23086	ANUAL	2	3.488,33	6.976,66



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



	<ul style="list-style-type: none">Entre outras verificações caso necessário. <p>1.2. Laudo do Ensaio de Estanqueidade.</p> <p>1.3. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de inspeção, manutenção e ensaios.</p> <p>1.4. Elaboração de Parecer Técnico a respeito da adequação e liberação da rede para uso em carga, conforme Norma NBR 15526.</p>					
2	<p>2. Manutenção Corretiva com substituição de peças e equipamentos e eventuais serviços de solda.</p> <p>2.1. Os serviços podem incluir: Fornecimento de instalação de mangueiras de gás, fornecimento e instalação de regulador de pressão e manômetro, fornecimento e instalação de medidores de gás e manômetro, fornecimento e instalação de válvulas de bloqueio, serviço de solda em tubos e substituição de conexões, entre outros itens, como tubo de cobre 5/8, joelho de cobre 5/8, TEE 5/8, registro de gás, mangote flexível, kit válvula, luva, etc.</p> <p>2.3. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de inspeção, manutenção e ensaios.</p> <p>2.4. Elaboração de Parecer Técnico a respeito da adequação e liberação da rede para uso em carga, conforme Norma NBR 15526.</p> <p>2.5. Para realização de visita técnica e demais serviços.</p> <p>2.6. Os valores indicados neste item possuem natureza meramente estimativa e destinam-se a provisionar eventuais despesas com o fornecimento e a substituição de peças, componentes e acessórios necessários à manutenção da rede de tubulação de gás GLP e válvulas. Verificada a necessidade de troca ou reposição, a Contratada deverá apresentar</p>	23086	ANUAL	8	1.233,33	9.866,64



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



previamente à fiscalização do contrato a relação discriminada dos materiais necessários, acompanhada dos respectivos valores e, quando cabível, das especificações técnicas. A autorização para execução somente ocorrerá após análise da pertinência da necessidade, realização de pesquisa de mercado pela Administração e aprovação expressa da fiscalização, observados os preços praticados no mercado e os limites contratuais estabelecido. (não sofre disputa de lance)					
Total estimado da contratação (R\$)					16.843,30

Obs: Apenas o item 1 será submetido à disputa de lances, sendo o item 2 executado conforme a demanda da Administração.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados do(a) **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. Os valores a ser pagos dependerão da demanda institucional do serviço durante o período de 12 meses, portanto, os valores são meramente estimativos, uma vez que, os serviços utilizados podem sofrer oscilações à maior ou à menor, conforme os fluxos de demandas, desta forma, não há vinculações aos tetos mensais unitários.

1.5. O valor a ser pago à Contratada será apurado a cada ordem de serviço, independentemente da quantidade de serviços e trocas peças realizados, observados os valores dos serviços e das peças utilizadas conforme praticado no mercado.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 10763998000130-0-000005/2024;
- II) Data de publicação no PNCP: 12/06/2024;
- III) Id do item no PCA: 1;
- IV) Classe/Grupo: 872 - SERVIÇOS DE REPARO DE OUTROS BENS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 158308-4/2024.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1 *Deverão ser observados os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, que trata a Instrução Normativa SLTI /MPOG 01/2010, no que couber. A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar comprovação da observação dos critérios de sustentabilidade ambiental. Todos os resíduos gerados durante o serviço deverão ser dispostos em lugar adequado ou aterro sanitário, em conformidade com a resolução do CONAMA 307 /2002 e suas posteriores alterações (Resoluções 348/2004, 431/2011 e 448/2012). Devendo ainda ser observada as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei no 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.*

Subcontratação

4.2. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.3. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

Vistoria

4.4. *A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas.*

4.5. *Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.*

4.6. *Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*

4.7. *Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico (ANEXO VI) acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

4.8. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

Margem de Preferência



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



4.9. O objeto da contratação não se enquadra em qualquer margem de preferência, seja [normal] ou [adicional], uma vez que não há Resolução da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS aplicável a este tipo de objeto, conforme previsto no Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024 e consultado no site: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/comissao-interministerial-de-contratacoes-publicas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/resolucoes-atas-e-comunicados>.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: **Conforme as Ordens de serviços dos itens 5.14. e 5.1.6. deste Termo.**

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3 A contratante encaminhará uma Ordem de serviço via e-mail para oficializar a demanda;

5.1.4 Chamados de demandas normais deverão ser atendidos no prazo máximo de até **48(quarenta e oito) horas**, após o envio da Ordem de serviço via e-mail para a CONTRATADA.

5.1.5 CONTRATADA deverá enviar o orçamento da demanda a realizar conforme os valores praticados no mercado, no orçamento devem constar detalhamento de todos os itens relacionados à realização do objeto. O prazo para apresentação dos dados pela CONTRATADA será de até 24(vinte e quatro) horas após o atendimento da visita técnica, para a aprovação do orçamento pelo setor competente, em seguida, autorizar o serviço;

5.1.6 Chamados de demandas emergenciais deverão ser atendidos no prazo **máximo de até 3(três) horas**, após o envio da ORDEM DE SERVIÇO via e-mail para a CONTRATADA;

5.1.7 Serão considerados serviços com **caráter de urgência**: Manutenção na rede de gás onde houver ocorrência de vazamentos ou outro que possa comprometer ou por em risco a integridade física das pessoas ou do local, ou comprometer a atividade do local;

5.1.8 A CONTRATADA terá o prazo de até 03 (três) horas para dar início à execução dos serviços aos chamados classificados como “urgentes”;

5.1.9 Após a realização da manutenção, a CONTRATADA deverá emitir um relatório técnico dos serviços executados e entregá-lo ao Fiscal do Contrato, assinado pelo técnico que executou os serviços;

5.1.10 Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todos os materiais de consumo necessários à execução dos serviços, tais como: abraçadeiras, niples, buchas, e outros, devendo estar incluídas no valor orçado para o item de manutenção/substituição;

5.1.11 As peças a serem fornecidas pela CONTRATADA deverão ser novas e genuínas, não sendo aceitas peças usadas, remanufaturadas ou recondiçionadas;

5.1.12 A execução de serviços de conservação e manutenção deverá atender também às legislações e normas técnicas da ABNT, do INMETRO e do Corpo de Bombeiros;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



5.1.13 A CONTRATADA deverá reparar, ou quando isto for impossível, indenizar por danos materiais e/ou pessoais decorrentes de erro na execução dos serviços, objeto do presente termo de referência, que sobrevenha em prejuízo da CONTRATANTE ou de terceiros, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE;

5.1.14 Quaisquer materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à plena execução dos serviços serão todos fornecidos pela CONTRATADA, a qual deverá identificar os equipamentos e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares porventura pertencentes à CONTRATANTE ou terceiros;

5.1.15 Responsabilidade técnica: A CONTRATADA se responsabilizará tecnicamente pela execução dos serviços, considerando as peculiaridades dos diferentes ambientes em que estes serão executados, assim como a segurança e saúde dos seus funcionários ou contratados;

5.1.16 Os locais onde serão executados os serviços deverão ser mantidos limpos e organizados. Após a conclusão, deverão ser retirados todos os materiais, ferramentas e equipamentos, devendo área livre dos resíduos provenientes dos serviços;

5.1.17 Caso os serviços não sejam realizados no prazo estabelecido acima, o fiscal designado iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo CONTRATANTE;

5.1.18 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser notificada a CONTRATADA no prazo de até 03 (três) dias úteis, da data da entrega do serviço;

5.1.19 Caso sejam rejeitados os serviços executados em desconformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, estes deverão ser executados novamente no prazo de até 10(dez) dias úteis a contar da notificação da CONTRATADA, ficando às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades e sem ônus para a CONTRATANTE;

5.1.20 *Cronograma de realização dos serviços: Os serviços serão realizados conforme necessidades da Administração, mediante solicitação da contratante.*

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Rodovia BR 316, km 61, s/n, Titanlândia, CEP: 68741-740, CASTANHAL/PA;**

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário, **Chamados normais:** Das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos e feriados e **Chamados emergências:** 24h

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas *[abaixo]*:

5.3.2 Os serviços deverão ser executados por técnicos especializados e habilitados;

5.3.3 Deverão ser emitidos obrigatoriamente uma ART do responsável habilitado Engenheiro mecânico. Os profissionais deverão estar devidamente cadastrados no CREA, assim como a empresa vencedora do certame;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



- 5.3.4 Deverão ser emitidos obrigatoriamente Laudo dos testes de estanqueidade e relatório final atestando a liberação de uso da rede para uso em carga. Após execução e aprovação de todos os itens pelo fiscal técnico, será possível a liberação do processo de medição e pagamento.
- 5.3.5 Os técnicos da Contratada deverão utilizar obrigatoriamente uniformes com identificação da empresa, EPIs (equipamento de proteção individual) gerais e específicos e EPCs (equipamentos de proteção coletiva), quando necessário;
- 5.3.6 Sempre que for necessário, deverão ser realizados testes iniciais e/ou finais de estanqueidade, a fim de promover a segurança dos usuários e do local;
- 5.3.7 O teste de estanqueidade deverá ser realizado quando necessário, a fim de detectar possíveis vazamentos ou verificar a resistência da rede a pressões de operações;
- 5.3.8 O teste não deve ser iniciado sem uma criteriosa inspeção visual da rede de distribuição interna e particularmente das juntas e conexões, para se detectar previamente qualquer tipo de defeito durante a sua execução;
- 5.3.9 Deve ser assegurado que todos os componentes (válvulas, tubos e demais acessórios) resistam às pressões do teste;
- 5.3.10 Os equipamentos/acessórios deverão ser ajustados e entregues em perfeito estado de conservação e funcionamento, sob a supervisão direta da Contratada, mediante os chamados de demanda.
- 5.3.11 Todo equipamento submetido à manutenção corretiva, dentro das instalações das Unidades da Contratante ou na oficina da Contratada, somente terá seu chamado considerado atendido com a apresentação de Relatório Técnico dos serviços executados e de peças substituídas;
- 5.3.12 Compreendem-se como Manutenção Corretiva, os serviços de reparos para eliminar defeitos técnicos e/ou decorrentes do uso normal, incluída a substituição de peças gastas ou irreparáveis, porventura necessárias, visando restabelecer o perfeito, ininterrupto e regular funcionamento dos equipamentos reparados;
- 5.3.13 Os serviços de Manutenção Corretiva serão realizados pela Contratada sempre que necessário, por solicitação da Contratante, com o objetivo de reparar panes e avarias apresentadas nos equipamentos, deixando-as em condições normais de operação;
- 5.3.14 A Contratada assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento e aplicação de todos os materiais e serviços necessários à verificação/afecção da funcionalidade das Centrais de Gás e correlatos e demais ajustes necessários para o bom funcionamento do objeto da manutenção corretiva;
- 5.3.15 A Contratada deverá reparar, ou quando isto for impossível, indenizar por danos materiais e/ou pessoais decorrentes de erro na execução dos serviços, objeto do presente termo de referência, que sobrevenha em prejuízo da CONTRATANTE ou de terceiros, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE;
- 5.3.16 A Contratada deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 5.3.17 A Contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer danos que seus empregados causarem à Administração;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



- 5.3.18 A Contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venha ocorrer com seus empregados;
- 5.3.19 A Contratada deverá manter devidamente limpos os locais onde se realizarem os serviços;
- 5.3.20 A Contratada deverá refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela Contratante, sem qualquer ônus adicional para a Contratante;
- 5.3.21 A Contratada deverá substituir qualquer empregado responsável pela execução dos serviços que, comprovadamente e por recomendação da fiscalização, causar embaraço a boa execução do Contrato;
- 5.3.22 A Contratada deverá responsabilizar-se por todo o ferramental, dispositivos e aparelhos adequados à perfeita execução do objeto;
- 5.3.23 Todos os componentes destinados à reparação da rede de gás deverão ser novos e originais, com garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua instalação;
- 5.3.24 Os serviços de manutenção corretiva terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, a partir de sua data de execução.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. *Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.*

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

- 5.5.1 *A Contratada deverá encaminhar Relatório Técnico do local atendido, no qual deverá constar a descrição do defeito apresentado, as peças substituídas e data do reparo tanto dos serviços quanto das peças substituídas;*
- 5.5.2 *Quando houver a realização de Testes de Estanqueidade, os laudos emitidos deverão ser anexados ao Relatório Técnico;*

Especificação da garantia do serviço

5.6. *O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 3 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. *O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *[não necessitará]* manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da prestação de serviço.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.20. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*

6.20.1 **Recebimento da Nota Fiscal:** *Após a prestação do serviço ou a entrega do produto, o fiscal do contrato deve receber a nota fiscal enviada pela empresa contratada.*

6.20.2 **Verificação de Documentos de Comprovação de Habilitação e Relatório Técnico dos serviços executados:** *Juntamente com a nota fiscal, o fiscal deve solicitar os documentos de comprovação de habilitação e relatório técnico dos serviços executados.*

6.20.3 **Verificação da Conformidade do Serviço/Produto:** *Antes de aprovar a nota fiscal, o fiscal do contrato deve garantir que o serviço ou produto foi entregue conforme as especificações do contrato. Isso pode envolver: A verificação da qualidade do serviço ou produto entregue, a confirmação de que os prazos contratuais foram cumpridos e a análise de eventuais divergências ou problemas na execução.*

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



6.21.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no [Anexo III] para aferição da qualidade da prestação dos serviços.*

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o término dos serviços com toda documentação para comprovação.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



7.17.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **[IPCA]** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.37. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.38. *As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



7.39. *A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.*

7.40. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.41. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.42. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



8.2.4 Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (xxxxx)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade [PREGÃO] sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO].*

Regime de Execução



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



9.2. O regime de execução do objeto será de [empregada por preço unitário].

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. *Ato de autorização para o exercício da atividade de manutenção de em tubulação de gás, expedido por Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), nos termos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 ou por Conselho Federal dos Técnicos (CFT), nos termos da Lei nº 13.639.*

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, **para cada exercício**, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 9.25.1 *Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, [patrimônio líquido mínimo] de [10%] do [valor total estimado da contratação].*
- 9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



9.28. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

9.30.1 *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

Qualificação Técnico-Operacional

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço **similar**, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. *contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;*

9.31.1.2. *O atestado deverá comprovar que a empresa já realizou serviço de manutenção/instalação de rede de distribuição de gás encanado;*

9.31.1.3. *Apresentar Certidão de Registro de Regularidade de situação junto ao CREA do responsável técnico;*

9.31.2 *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*

9.31.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



9.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.34. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.34.1 *Para o (Engenheiro Mecânico): serviços de manutenção/instalação de rede de distribuição de gás encanado;*

9.34.2 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.35. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.37. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.42. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



9.42.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.42.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.42.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.42.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.42.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.42.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.42.6.1. ata de fundação;

9.42.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.42.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.42.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.42.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.42.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.42.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 10.819,54 (dez mil oitocentos e dezenove reais e cinqenta e quatro centavos) conforme custos unitários apostos na [tabela contida no item 1.1 acima].*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: [26416/158308];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...].



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

[Castanhal-PA], [16] de [dezembro] de [2024].

Márcia Daniely de Castro Menezes
Nutricionista - matrícula SIAPE nº 2116194
PORTARIA Nº 1995/CASTANHAL/IFPA, DE 09 DE ABRIL DE 2024

Ana Júlia Bernardo da Silva
Nutricionista - matrícula SIAPE nº 1106980
PORTARIA Nº 1995/CASTANHAL/IFPA, DE 09 DE ABRIL DE 2024

Sidney da Silva Rabelo
Administrador - matrícula SIAPE nº 1247486
PORTARIA Nº 1995/CASTANHAL/IFPA, DE 09 DE ABRIL DE 2024



Apêndice I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. Informações Básicas

1.1. Número do processo: 23051.005670/2024-20

2. Descrição da necessidade da contratação

- 2.1. Contratação de **serviços de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva na rede de tubulação de gás GLP e válvulas** do campus castanhal.
- 2.2. Considerando que atualmente o refeitório do Campus Castanhal utiliza gás GLP P45 para preparação dos alimentos diários servido aos alunos regularmente matriculados no IFPA - campus castanhal, e que a cozinha do refeitório possui instalação de rede de gás, faz-se necessário contratação de empresa especializada para certificar que a rede opere em condições adequadas de funcionamento garantindo a segurança de toda a comunidade escolar.
- 2.3. A partir da existência de normativos que regulam o uso desses tipos de gases e estabelecem critérios técnicos para o dimensionamento, a execução e a manutenção adequada das suas instalações fazem-se necessário um profissional legalmente habilitado que realize regularmente as devidas inspeções técnicas na rede de gás e emita relatórios de inspeções informando as condições das instalações, as possíveis inadequações e as medidas corretivas ou serviços de manutenção necessários para garantir que operem de forma adequada e segura.
- 2.4. Assim, o serviço de manutenção da rede de gás deve incluir: inspeção técnica; teste de pressão; teste de vazamentos; troca de peças, tais como: válvulas, registros, mangueiras, conexões e outras peças do sistema de tubulação e da central de gás; pintura das tubulações; entre outros, conforme necessidade.

3. Justificativa e objetivo da contratação

- 3.1. Tendo em vista a necessidade de renovação, adequação e manutenção das Centrais de Gás do Campus Castanhal, se faz necessário a elaboração de um processo licitatório para a manutenção dos espaços, continuamente, a fim de promover a segurança de alunos e profissionais no preparo de alimentos da merenda escolar, entre outros.
- 3.2. Por se tratar de material altamente inflamável, é muito importante a realização periódica de inspeções técnicas e de testes, minimizando os riscos de explosões e incêndios causados quando um vazamento não é detectado ou ignorado, podendo gerar sérios riscos ao ambiente escolar.
- 3.3. Há ainda a considerar a necessidade de aprimoramento do funcionamento das unidades no uso adequado de reguladores, registros ou válvulas, que compreendam a regulação e vazão da pressão de acordo com os equipamentos utilizados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



3.4. Sendo assim, esta licitação tem por finalidade o atendimento às normas de segurança necessárias como, a manutenção preventiva e corretiva das instalações de rede de gás, visando atendimento às normas técnicas atuais da ABNT e do Corpo de Bombeiros.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Núcleo de Alimentação e Nutrição Menezes	Márcia Daniley de Castro

5. Descrição dos requisitos da contratação

5.1. O serviço contratado deverá atender as descrições e quantitativos detalhados no item 8 deste documento.

- 5.1.1 Em hipótese alguma serão aceitos serviços em desacordo com as condições predefinidas;
- 5.1.2 O contratado deverá realizar o serviço no IFPA - Campus Castanhal, tendo o pagamento pela prestação do serviço somente após a execução do mesmo e com o respectivo ateste da Nota Fiscal pelo gestor/fiscal do contrato, portanto, não há risco para administração quanto ao desperdício do erário público.
- 5.1.3 O contratado deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica para a realização da prestação do serviço.
- 5.1.4 A empresa contratada deverá ser do setor de gases, com afinidade para execução de serviços de manutenção de redes de gases, com cadastro no CREA.
- 5.1.5 O contratado deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para a execução do serviço.
- 5.1.6 O contratado deverá fornecer EPIs para todos os seus trabalhadores no momento da manutenção, de modo a prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho.
- 5.1.7 Na prestação de serviços a contratada deverá fornecer materiais novos, de primeiro uso, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado.
- 5.1.8 Caberá ao contratado repetir procedimentos às suas próprias custas para corrigir falhas verificadas, principalmente na hipótese de entrega de material em desacordo com as condições pactuadas;
- 5.1.9 Devem ser observados os critérios de sustentabilidade relacionados ao serviço, que trata a Instrução Normativa SLTI/MPOG 01/2010;



- 5.1.10 O valor a ser pago à Contratada será apurado a cada ordem de serviço, independentemente da quantidade de serviços e trocas peças realizados, observados os valores dos serviços e das peças utilizadas conforme praticado no mercado.

6. Levantamento de mercado

6.1. Foi realizada uma análise de mercado e percebeu-se que há empresas que podem executar o serviço de manutenção da rede de gás encanado. Assim, têm-se as seguintes opções para suprir essa necessidade:

- 6.1.1. **Opção 1 - manutenção da rede pelo pessoal terceirizado da manutenção predial:** Essa solução não é viável uma vez que o serviço requer mão de obra especializada, devido à periculosidade que envolve, requerendo, inclusive, a realização de ensaio de estanqueidade e a emissão de um Atestado de Responsável Técnico para realizar. Assim, essa solução está descartada.
- 6.1.2. **Opção 2 - celebração de contrato continuado:** neste caso, seria celebrado um contrato continuado com uma empresa para realização periódica de manutenção corretiva. Essa solução parece boa, devido à perenidade que ela oferece, porém, nosso órgão não precisaria de manutenção de forma periódica em condições iniciais adequadas de funcionamento, visto da durabilidade da rede e substituição das peças e equipamentos. Além disso, um contrato continuado comprometeria a expectativa de uso do nosso orçamento. Assim, essa solução está descartada.
- 6.1.3. **Opção 3 - contratação de empresa para realizar o serviço de prontidão:** essa solução parece a mais viável, pois se faz necessário que a manutenção da rede de gás seja feita o mais rápido possível. Além disso, devido à excepcionalidade, não periodicidade. Devido às especificidades dos produtos, a solução encontrada foi à pesquisa de preço no painel de preços de empresas que possuem a expertise de manutenção de rede de gás encanado. Com a pesquisa de preços, um dos benefícios é a economicidade, tendo em vista que a pesquisa de preços buscou um menor preço final. Esta solução mostra-se viável.

6.2. Assim, por se tratar de serviço comum, a solução consiste na contratação de serviços de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva na rede de tubulação de gás GLP e válvulas.



- 6.3. Trata-se da mesma metodologia de contratação amplamente utilizada por outros órgãos ou entidades públicas, com histórico de contratações conhecidas e explicitadas no comprasnet, sites especializados e outras ferramentas de busca de preços públicos.
- 6.4. Portanto, com base em levantamento de mercado o tipo de solução escolhido e a que mais se aproxima dos requisitos legais definidos e que mais promove a competição, levando em conta economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas do mercado.

7. Descrição da solução como um todo

- 7.1. Trata-se da contratação de serviços de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva na rede de tubulação de gás GLP e válvulas do IFPA - Campus Castanhall
- 7.2. A empresa deverá realizar o serviço com as ferramentas e materiais apropriados, deverá revisar a tubulação de toda a rede de gás, deverá realizar teste de estanqueidade e entregar um relatório final com as informações da manutenção que foi realizada.
- 7.3. A manutenção preventiva e corretiva deverá ser realizada por pessoal qualificado, sob supervisão de profissional legalmente habilitado.
- 7.4. Regulamentações legais, em âmbito federal, estadual e municipal, devem ser aplicadas durante a inspeção da rede de distribuição.
- 7.5. Os materiais e equipamentos utilizados deverão estar em conformidade com os requisitos de suas normas de especificação.
- 7.6. A inspeção periódica é necessária para verificar:
- 7.6.1. A tubulação e acessórios encontram-se com acessos desobstruídos;
 - 7.6.2. As válvulas e dispositivos de regulação funcionam normalmente;
 - 7.6.3. Tubos, conexões e interligações com aparelhos e equipamentos não apresentam vazamento;
 - 7.6.4. Pintura da tubulação apresenta algum dano; e
 - 7.6.5. Os dispositivos de controle de pressão usados nas tubulações estão funcionando de forma adequada.
- 7.7. A manutenção corretiva deverá ser realizada para substituir peças e equipamentos que estejam com mau funcionamento e corrigir vazamentos.
- 7.8. Deverão ser emitidos obrigatoriamente:
- 7.8.1. Uma ART do responsável habilitado (**Engenheiro mecânico**). Os profissionais deverão estar devidamente cadastrados no CREA, assim como a empresa vencedora do certame.
 - 7.8.2. Laudo dos testes de estanqueidade e relatório final atestando a liberação de uso da rede para uso em carga. Após execução e aprovação de todos os itens pelo fiscal técnico, será possível a liberação do processo de medição e pagamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



8. Estimativa das quantidades a serem contratadas

8.1. Para atendimento das necessidades, os quantitativos foram definidos conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATS ER	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANTID ADE (Estimada)	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
GRUPO 1						
1	<p>1. Manutenção Preventiva</p> <p>1.1. Verificar se:</p> <ul style="list-style-type: none">• A tubulação e acessórios encontram-se com acessos desobstruídos;• As válvulas e dispositivos de regulagem funcionam normalmente;• Tubos, conexões e interligações com aparelhos e equipamentos não apresentam vazamento;• Pintura da tubulação apresenta algum dano;• Os dispositivos de controle de pressão usados nas tubulações estão funcionando de forma adequada;• Entre outras verificações caso necessário. <p>1.2. Laudo do Ensaio de Estanqueidade.</p> <p>1.3. Anotação de Responsabilidade Técnica</p>	23086	ANUAL	2	3.488,33	6.976,66



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



	(ART) de inspeção, manutenção e ensaios. 1.4. Elaboração de Parecer Técnico a respeito da adequação e liberação da rede para uso em carga, conforme Norma NBR 15526.					
2	2. Manutenção Corretiva com substituição de peças e equipamentos e eventuais serviços de solda. 2.1. Os serviços podem incluir: Fornecimento de instalação de mangueiras de gás, fornecimento e instalação de regulador de pressão e manômetro, fornecimento e instalação de medidores de gás e manômetro, fornecimento e instalação de válvulas de bloqueio, serviço de solda em tubos e substituição de conexões, entre outros itens, como tubo de cobre 5/8, joelho de cobre 5/8, TEE 5/8, registro de gás, mangote flexível, kit válvula, luva. 2.3. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de inspeção, manutenção e ensaios. 2.4. Elaboração de Parecer Técnico a respeito da adequação e liberação da rede para uso em carga, conforme Norma NBR 15526. 2.5. Para realização de visita técnica e demais serviços. 2.6. Os valores indicados neste item possuem natureza meramente estimativa e destinam-se a provisionar	23086	ANUAL	8	1.233,33	9.866,64



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



	<p>eventuais despesas com o fornecimento e a substituição de peças, componentes e acessórios necessários à manutenção da rede de tubulação de gás GLP e válvulas. Verificada a necessidade de troca ou reposição, a Contratada deverá apresentar previamente à fiscalização do contrato a relação discriminada dos materiais necessários, acompanhada dos respectivos valores e, quando cabível, das especificações técnicas. A autorização para execução somente ocorrerá após análise da pertinência da necessidade, realização de pesquisa de mercado pela Administração e aprovação expressa da fiscalização, observados os preços praticados no mercado e os limites contratuais estabelecido.</p> <p>(não sofre disputa de lance)</p>					
Total estimado da contratação						16.843,30

8.2. Os valores a ser pagos dependerão da demanda institucional do serviço durante o período de 12 meses, portanto, os valores são meramente estimativos, uma vez que, os serviços utilizados podem sofrer oscilações à maior ou à menor, conforme os fluxos de demandas, desta forma, não há vinculações aos tetos anuais unitários

9. Estimativa do valor da contratação

9.1. O valor estimado dessa contratação é de **R\$ 16.843,30 (dezesesseis mil, oitocentos e quarenta e três reais e trinta centavos)**.

9.2. O valor estimado, do **ITENS 1 e 2**, deste estudo técnico levou-se em conta as contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



- 9.3. Na tentativa de se formar o preço de referência para a Contratação de serviços de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva na rede de tubulação de gás GLP e válvulas do campus castanhal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Estudo Preliminar, foram consultadas outras estimativas de preços em editais com o mesmo objeto, bem como o painel de preços do governo federal, conforme o caso, todavia, os preços apresentados são apenas para avaliar o custo da contratação, ficando a realização efetiva da pesquisa de preço sob a responsabilidade do setor competente.
- 9.4. As cotações pesquisadas serão anexadas no estudo técnico preliminar, oportunamente, sendo o preço estimado para serviços de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva na rede de tubulação de gás GLP e válvulas, baseados no preço médio pesquisado.
- 9.5. Os preços deverão estar incluídos todos os custos, inclusive trabalhistas, necessários para a perfeita execução dos serviços descritos neste estudo.
- 9.6. Os preços dos serviços de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva na rede de tubulação de gás GLP e válvulas serão obrigatoriamente aqueles apresentados na pesquisa de preço, que não podem ser superiores aos fixados pela administração, conforme a pesquisa de preço apresentado pelo setor competente.

10. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

- 10.1. Para atender essa demanda, **não é adequado o parcelamento para o serviço**, pois a divisão do objeto inviabilizaria o interesse das empresas especializadas, e/ou gerar um conflito para coordenar as entregas de cada empresa que viesse a ser contratada.

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes

- 11.1. Não verifica-se a necessidade de contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. Alinhamento entre a contratação e o planejamento

- 12.1. Durante a revisão orçamentária, houve a necessidade de cortar de gastos e a manutenção de gás foi erroneamente identificada como área flexível, não estava prevista no Planejamento de Contratações Anual - PCA 2026 do IFPA – Campus Castanhal, mas foi posteriormente inserido nele com as devidas justificativa.

I) ID PCA no PNCP:

II) Data de publicação no PNCP:

III) Id do item no PCA: 1;

IV) Classe/Grupo: 872 - SERVIÇOS DE REPARO DE OUTROS BENS;

V) Identificador da Futura Contratação:



13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Com essa contratação pretende-se alcançar os seguintes benefícios para o IFPA - Campus Castanhal:

- 13.1.1. Garantir o funcionamento seguro da rede de gás do refeitório do campus;
- 13.1.2. Otimizar a preparação dos refeições através do adequado fornecimento de gás para o fogão e demais equipamentos que venham a ser adquiridos.
- 13.1.3. Melhorar as trocas de botijões na rede de gás da cozinha do refeitório, auxiliando na manutenção do contínuo funcionamento das atividades.

14. Providências a serem adotadas

- 14.1. O serviço deverá ser acompanhado pelo Núcleo de alimentação e nutrição e fiscais de contrato, todos pertencentes ao quadro de servidores do IFPA – Campus Castanhal.
- 14.2. Tendo-se em vista que a fiscalização do contrato é necessária para contratação no IFPA - Campus Castanhal, será importante que os fiscais mantenham-se atualizados com relação a cursos de capacitação tanto de elaboração de termo de referência, como de fiscalização de contrato, frente às modificações da legislação que têm ocorrido, inclusive quanto à exigência de elaboração de estudos técnicos preliminares.

15. Possíveis impactos ambientais

- 15.1. Por se tratar de um serviço de manutenção de uma rede de gás encanado já existente, apenas com serviços de testes e troca eventuais de peças danificadas, não há impactos ambientais relevantes a serem destacados.
- 15.2. Os materiais a serem utilizados devem possuir certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus limites.
- 15.3. Deverão ser observados os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, que trata a Instrução Normativa SLTI /MPOG 01/2010, no que couber. A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar comprovação da observação dos critérios de sustentabilidade ambiental. Todos os resíduos gerados durante o serviço deverão ser dispostos em lugar adequado ou aterro sanitário, em conformidade com a resolução do CONAMA 307 /2002 e suas posteriores alterações (Resoluções 348/2004, 431/2011 e 448/2012). Devendo ainda ser observada as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei no 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

16. Declaração de viabilidade

- 16.1. Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.
- 16.2. Considerando os requisitos estabelecidos neste documento, bem como a sua necessidade, considera-se **VIÁVEL** a contratação do serviço para melhorar o funcionamento das instalações do refeitório do IFPA - Campus Castanhal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



17. Equipe de planejamento da contratação

Márcia Daniely de Castro Menezes

Nutricionista - matrícula SIAPE nº 2116194

PORTARIA Nº 1995/CASTANHAL/IFPA, DE 09 DE ABRIL DE 2024

Ana Júlia Bernardo da Silva

Nutricionista - matrícula SIAPE nº 1106980

PORTARIA Nº 1995/CASTANHAL/IFPA, DE 09 DE ABRIL DE 2024

Sidney da Silva Rabelo

Administrador - matrícula SIAPE nº 1247486

PORTARIA Nº 1995/CASTANHAL/IFPA, DE 09 DE ABRIL DE 2024



APENDICE I-A - ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇOS E RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO

A manutenção preventiva e corretiva deverá ser realizada por pessoal qualificado, sob supervisão de profissional legalmente habilitado.

Regulamentações legais, em âmbito federal, estadual e municipal, devem ser aplicadas durante a inspeção da rede de distribuição.

Os materiais e equipamentos utilizados deverão estar em conformidade com os requisitos de suas normas de especificação.

A inspeção periódica é necessária para verificar:

- A tubulação e acessórios encontram-se com acessos desobstruídos;
- As válvulas e dispositivos de regulação funcionam normalmente;
- Tubos, conexões e interligações com aparelhos e equipamentos não apresentam vazamento;
- Pintura da tubulação apresenta algum dano; e
- Os dispositivos de controle de pressão usados nas tubulações estão funcionando de forma adequada.

A manutenção corretiva deverá ser realizada para substituir peças e equipamentos que estejam com mau funcionamento e corrigir vazamentos.

Deverão ser emitidos obrigatoriamente:

- Uma ART do responsável habilitado (Engenheiro mecânico). Os profissionais deverão estar devidamente cadastrados no CREA, assim como a empresa vencedora do certame.
- Laudo dos testes de estanqueidade e relatório final atestando a liberação de uso da rede para uso em carga. Após execução e aprovação de todos os itens pelo fiscal técnico, será possível a liberação do processo de medição e pagamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA INSTALAÇÃO

Figura 1





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS CASTANHAL
DIRETORIA GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

